

METODOLOGIA DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIA JURÍDICA; BREVE COMENTÁRIO

Professor Dr. Osmar de Souza
Doutor em Linguística pela
UNESP e Professor do Curso de
Mestrado em CIÊNCIA JURÍDICA

Em agosto de 1995, iniciei um desafio no Mestrado em Ciência Jurídica, na área de concentração Dogmática Jurídica. O desafio apresentava múltiplas faces: o trabalho de um linguista a serviço de uma ciência particular, a ciência jurídica; um profissional que terminava uma pesquisa de campo ensinando outros na pesquisa bibliográfica; um profissional que é especificamente professor interagir com outros que vivem a maior parte do tempo de atividades fora do magistério e que, excepcionalmente, militam no ensino superior na área jurídica.

Até o momento, o trabalho foi desenvolvido com duas turmas. Já permite, contudo, algumas observações que registro neste texto.

Minhas ações foram sensivelmente facilitadas por interagir com mestrandos que foram pontuais nas leituras desenvolvidas, na entrega de textos, na elaboração de pré-projetos.

Relativamente aos textos escritos, procurei

centrar atenção em pontos que considero essenciais à produção científica: a pessoa do discurso; a postura no ato de escrever academicamente.

A primeira tarefa, apesar de ser aparentemente mais simples, reserva sempre dificuldades, principalmente sobre o chamado plural majestático. Procuro descartar de início a primeira pessoa singular. Justifico com o argumento de que o conhecimento científico não pertence à pessoa, mas à academia, à ciência particular ou a ciências interdisciplinares. Observo que até se poderia usá-la, desde que o mestrando possuísse tal firmeza no conteúdo desenvolvido que se tornasse uma autoridade indiscutível no assunto. Para o Mestrado, penso que é exigir muito.

A primeira pessoa plural não deixa de ser pretensioso, à medida em que coloca lado a lado o pesquisador e as autoridades científicas. Por

questão de modéstia sugiro ser evitada também.

Assim, indico a terceira pessoa como a mais oportuna para artigos, “papers”, projetos de dissertações em nível de Mestrado. Há riscos neste caso devido às concordâncias. Corre-se o risco de começar o texto com “pretende-se estudar, discute-se, analisa-se e de repente aparecer “alcança-se os parâmetros”, não observando que o sujeito passa a ser o sintagma nominal após o verbo passivado.

No segundo ponto é que residem posições éticas e técnicas também perigosas. Eticamente é o mestrando dizer como seu o que não lhe pertence. São as chamadas paráfrases não referenciadas, as transcrições literais sem as normas adequadas. Tecnicamente, é o aluno não separar o seu discurso e o discurso das autoridades pesquisadas. Para tanto, as normas da ABNT são amplamente discutidas e exercitadas.

Insisto também para que o mestrando, mesmo cuidando dos aspectos éticos e técnicos, revele que sabe do que está falando e com quem o faz. De modo particular, já encaminhando-o à defesa de dissertação ou à apresentação de seminários, o aluno precisa **estar** no texto e respeitar a autoridade ou o leitor em particular que fruirá o seu trabalho.

Pelos seminários desenvolvidos a partir da leitura de Eco (1995), insisto que o aluno perceba que uma pesquisa bibliográfica requer organização, seleção, criticidade. Nas duas turmas, há uma preocupação e um certo temor

em assumir posições críticas. A posição crítica, observe, não está só no texto escrito. A própria seleção de autores e, destes, os conteúdos compilados já mostram maturidade científica e cultural.

Como orientação, para pensar o texto acadêmico, trabalho com duas leituras obrigatórias: além de Eco (1995), Luckesi et. alii (1986). Valho-me, ainda, de textos de revistas especializadas em Ciência Jurídica e dissertações de Mestrado. Nestes, recomendo que os alunos observem os elementos metodológicos e a redação do texto; naqueles, desenvolvo reflexões sobre o que pesquisar, como pesquisar, a quem dirigir o texto, como persuadir convincentemente um leitor ou membros de uma banca.

Outra preocupação reside no fato de sempre exigir textos escritos de uma sessão para outra. Inicialmente, os textos aparecem pesados, prolixos; aos poucos tornam-se fluentes, leves, sem perder o rigor do que dizer e como dizer.

Neste último aspecto, busco desenvolver no mestrando a postura do pesquisador, interessado em fatos pesquisáveis, saindo da postura de advogado em relação a um cliente. Aliás, esta posição foi muito oportunamente lembrada por Vander Bastos (1995), em sua aula inaugural do Mestrado.

Assim, os desafios apresentados no início deste texto vão sendo enfrentados, e vou solidificando posições que a experiência em outros cursos de pós-graduação, em nível de Mestrado ou especialização, se mostram pertinentes.

Referências Bibliográficas

LUCKESI, C. et. alii. Fazer Universidade; uma proposta metodológica. São Paulo, Cortez, 1986.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese em Ciências Humanas. Lisboa, Presença, 1995.

VANDER BASTOS, Aurélio. O novo currículo e as tendências do Ensino Jurídico; das desilusões críticas às ilusões paradoxais. Novos Estudos Jurídicos. Itajai, n. 2, 2 sem. p. 13-22, dez, 1995.
